salidade substancial, a religião como tal, como o Estado enquanto tal, como formas nas quais o princípio existe, contêm a verdade absoluta; de modo que, esta, quando existe como filosofia, existe somente em uma das suas formas. Mas, como também a religião, no desenvolvimento de si mesma, desenvolve as diferenças contidas na idéia (§ 566 et seqs.), o ser determinado pode, ou melhor deve, aparecer na sua primeira maneira imediata, isto é, unilateral, e a sua existência corromper-se até a exterioridade sensível, e portanto, ademais, configurar-se como opressão da liberdade do espírito e depravação da vida política. Mas o princípio contém a elasticidade infinita da forma absoluta para vencer esta corrupção das suas determinações formais e do conteúdo por meio delas, e para efetuar neste mesmo a conciliação do espírito. Assim, por fim, o princípio da consciência religiosa e da consciência ética torna-se uma mesma coisa na *consciência protestante* — o espírito livre como conteúdo do princípio e do desenvolvimento da eticidade, a qual procede — e só pode proceder — da verdade da religião, reconduzida ao seu princípio originário, e que portanto só como tal é real. A eticidade do Estado e a espiritualidade religiosa do Estado se garantem assim, alternativamente, solidamente.

Notas

[1] Robert Pael (1788-1850) era, ao tempo (1822-1827), ministro do Interior no gabinete britânico e tinha introduzido reformas no processo e leis penais. (Nota de Croce.)

[2] *Weltgericht*, alusão ao verso de Scheller. (Nota de Croce.)

[3] Alusão à *História romana de Niebuhr*, publicada então (Berlim, 1811-1832). (Nota de Croce.)

5

Tocqueville: sobre a liberdade e a igualdade

Célia Galvão Quirino

Os Grandes Líderes — Washington, p. 45.

Falar de Tocqueville é falar da questão da liberdade e da igualdade. Por isso mesmo é falar também de democracia. Sem dúvida, esse é um tema herdado do jusnaturalismo e do contratualismo. A crítica constante realizada no século XIX pelos pensadores políticos leva-os a considerar tais temas como simples abstrações generalizantes. Tocqueville não escapa a essa moda, pois é dessa forma que ele vai se referir às idéias de Rousseau e da filosofia política do século XVIII. Só Montesquieu parece ter sido poupado, talvez justamente por não ser este o assunto central da sua discussão política.

Mas em Tocqueville o tema persiste, aliás é para ele o ponto central do que poderia ser uma nova ciência política. Também é através da discussão da questão da liberdade e da igualdade que vai procurar explicar o desenvolvimento sociopolítico das várias realidades por ele estudadas. Procurando analisar o que ocorria em diversos países europeus e nos Estados Unidos, Tocqueville trabalha com a especificidade dessas realidades, considerando tanto a história política e social de cada um quanto as várias contradições do presente, tentando por vezes até realizar prognósticos para o futuro. Seria interessante lembrar aqui uma de suas previsões mais citadas no mundo contemporâneo:

> Há hoje no mundo dois grandes povos que, tendo partido de pontos diferentes, parecem avançar para o mesmo fim: esses são os russos e os americanos... Seu ponto de partida é diferente, seus caminhos são diferentes; no entanto, cada um deles parece convocado, por um desígnio secreto da Providência, a deter nas mãos, um dia, os destinos da metade do mundo.[1]

Democracia: um processo universal

Seus estudos dizem respeito a realidades concretas e abrangem desde a descrição de hábitos e costumes de um povo e sua organização social até a explicação de sua estrutura de dominação, de suas instituições políticas e das relações do Estado com a sociedade civil. Assim são suas obras sobre a democracia na América, a Revolução Francesa e o Antigo Regime, a colonização da Argélia etc. Mas em todas essas, bem como nos seus discursos políticos, na correspondência, nos relatos de viagem e outros, a preocupação fundamental é claramente expressa através de interpretações sociopolíticas, quando busca encontrar a possível coexistência harmônica entre um processo de desenvolvimento igualitário e a manutenção da liberdade.

Tocqueville enfrenta assim, agora porém no nível das realidades concretas, o desafio lançado pelos contratualistas clássicos, ao tratarem a questão da liberdade e da igualdade como categorias não contraditórias de um mesmo todo. Faz Tocqueville dessa problemática a luta de sua vida, tanto como meta a ser atingida através de ideais liberais em sua prática política enquanto parlamentar quanto em suas obras escritas, onde o seu forte são as análises sociopolíticas.

Sua questão central será sempre: o que fazer para que o desenvolvimento da igualdade irrefreável não seja inibidor da liberdade, podendo por isso vir a destruí-la?

Abordar, portanto, a questão da liberdade e da igualdade, em Tocqueville, é necessariamente falar de democracia. Em primeiro lugar porque Tocqueville identifica, esclarecendo, igualdade com democracia. Em segundo lugar porque ao não trabalhar apenas com indagações abstratas procura entender a questão da liberdade e da igualdade, onde, acredita, elas não foram contraditórias. Isto é, onde um processo de igualização crescente se dava ao mesmo tempo em que preservava a liberdade, melhor dizendo, onde a democracia

se realizava com liberdade. Para ele, isso estava acontecendo nos Estados Unidos da América, por volta de 1830.

Entretanto, Tocqueville afirma também que não está querendo apenas descrever a democracia americana, mas pretende, ao pesquisar a vida sociopolítica nos Estados Unidos, obter um conhecimento tão amplo do fenômeno democrático de tal forma que possa chegar a construir um conceito definidor de democracia. Por isso, em sua maior obra, *A democracia na América*, publicada em 1835 e 1840 (primeiro e segundo volumes, respectivamente), procura apresentar sua visão de democracia apreendida a partir da vasta pesquisa por ele realizada durante quase um ano de andanças pelos Estados Unidos da era de Jackson. Seu trabalho é imenso. Sua capacidade de análise dos hábitos, costumes e valores relacionados com as instituições sociais e políticas do povo americano fez dessa obra um clássico, para todos aqueles que querem compreender a democracia.

Como alguns de seus comentadores (veja-se Aron, R. *Dix-huit leçons sur la sociologie industrielle*; Meyer, J. P. *Alexis de Tocqueville*; Birnbaum, P. *Sociologie de Tocqueville*), tenderíamos também a concordar com a tese de que estaria antecipando a metodologia de Max Weber, ao tentar construir um "tipo ideal" de democracia. A maneira pela qual retira da realidade pesquisada fatos que lhe parecem significativos para a compreensão do fenômeno democrático, o cuidado com que os relaciona, buscando aí encontrar a racionalidade que lhes é específica, permite que se veja no seu estudo mais do que a democracia, tal como ela ocorria nos Estados Unidos, ou que pudesse vir a ocorrer na França. Como declara em carta a John Stuart Mill: "Partindo de noções que me forneciam as sociedades americana e francesa, eu quis pintar os traços gerais das sociedades democráticas, das quais não existe ainda nenhum modelo completo".[2]

Quer Tocqueville, também, mostrar ao povo francês o que é democracia, pois acredita que a França está desenvolvendo seu próprio processo democrático e é bom que os franceses saibam o que isto significa.

Ao elaborar esse conceito de democracia, Tocqueville acaba por apresentá-lo como um processo de caráter universal. Democracia não seria um fenômeno que apenas surgiu e se desenvolveu nos Estados Unidos. Embora as condições nesse país tenham sido excepcionais para o seu desenvolvimento, o processo democrático, que ele define como um constante aumento da igualdade de condições, diz respeito a toda a humanidade. Como tal, a democracia é vista

como inevitável e mesmo providencial, pois ela seria a própria vontade divina, realizando-se na história da humanidade. Assim, ela "é universal, durável e todos os acontecimentos, como todos os homens, servem ao seu desenvolvimento. Querer parar a democracia pareceria então lutar contra Deus".[3] Esse é, portanto, o eixo fundamental para se entender o significado de democracia para Tocqueville: a existência de seu processo igualitário, como se fosse uma lei necessária para se compreender a história da humanidade.

No entanto, apesar do seu conceito de democracia ter sido construído a partir principalmente da realidade sociopolítica americana e Tocqueville considerar que era nos Estados Unidos que o processo democrático apresentava-se mais desenvolvido, isto não quer dizer que neste país a democracia já esteja plenamente realizada ou que o processo igualitário se repetirá da mesma forma, vindo a cumprir as mesmas etapas em outros lugares. Pelo contrário, para ele, cada país, cada nação terá seu próprio desenvolvimento democrático. Porém, sem dúvida, todas caminharão para uma situação cada vez mais ampla de igualdade de condições. Nessa diversidade de caminhos que as nações podem percorrer para a realização da democracia, o fator mais importante para defini-los é a ação política do seu povo.

Os perigosos desvios da igualdade

Uma das críticas mais correntes ao pensamento de Tocqueville diz respeito ao fato de que a democracia americana dessa época não só apresentava grandes diferenças de nível econômico entre seus habitantes, mas também diferenças raciais e culturais. Em suas explicações sobre o que definia como igualdade de condições, fica bem claro que está excluída a possibilidade de se compreender como tal apenas a igualdade econômica. É, no entanto, na igualdade cultural e política que está assentada sua idéia de que, no desenvolvimento do processo democrático, um povo tornar-se-á cada vez mais homogêneo. Nos Estados Unidos, aliás, o grande problema por ele apontado para que tal processo pudesse se cumprir plenamente era a existência de escravos. Sobretudo porque, por serem de raça diferente, a cor iria, mesmo após a libertação, permanecer como um fator de diferenciação e preconceito.

Tocqueville fala também em fator gerador de igualdade, entendendo por isto todo e qualquer elemento cultural que permita

aos indivíduos considerarem-se como iguais. Assim, por exemplo, a expressão de uma idéia, um princípio, ou uma crença de que os homens são iguais permite desencadear o processo igualitário e também garante seu desenvolvimento. Isso é igualmente válido para uma lei que declare que os homens são iguais, ou para qualquer fenômeno igualitário que se realize num nível mais concreto.

Assim sendo, democracia para Tocqueville está sempre associada a um processo igualitário que não poderá ser sustado, desenvolvendo-se também diversamente em diferentes povos, conforme suas variações culturais. Porém, será sobretudo a ação política desse povo que irá definir se essa democracia será liberal ou tirânica.

Essa questão da possibilidade da democracia vir a ser uma tirania é a principal preocupação de Tocqueville, aparecendo claramente expressa em todas as suas obras, sendo também constantemente manifestada em sua atividade política. Pois, para ele, o processo de igualização crescente pode envolver desvios perigosos, que levem à perda da liberdade. Para evitá-los, é preciso conhecê-los e apontá-los, o que deve ser feito estudando-se a democracia e tendo-se uma ação política constante em defesa da liberdade.

Tocqueville vê no desenvolvimento democrático dos povos dois grandes perigos possíveis de acontecer: o primeiro seria o aparecimento de uma sociedade de massa, permitindo que se realizasse uma Tirania da Maioria; o segundo seria o surgimento de um Estado autoritário-despótico.

No primeiro caso, o seu temor é que a cultura igualitária de uma maioria destrua as possibilidades de manifestação de minorias ou mesmo de indivíduos diferenciados. O desenvolvimento, portanto, de uma sociedade onde hábitos, valores etc., fossem de tal forma definidos por uma maioria que quaisquer atividades ou manifestação de idéias que escapassem ao que a massa da população acreditasse ser a normalidade, seriam impedidas de se realizar. É o que ele define, da mesma forma que Edmund Burke, como Tirania da Maioria. Tocqueville está sobretudo preocupado com a possibilidade de que nas democracias, as artes, a filosofia e mesmo as ciências sem imediata aplicação prática não encontrem campo para se desenvolver.

Todavia, curiosamente, investe também contra o individualismo, que chama de pernicioso. Individualismo que, para ele, é criado e alimentado pelo desenvolvimento do industrialismo capitalista, onde o interesse mais alto é o lucro, a riqueza. Pregando francamente a favor de uma moralidade que se confunda com a política,

Tocqueville procura demonstrar que os cidadãos, à medida que se dedicam cada vez mais aos seus afazeres enriquecedores, vão concomitantemente abandonando seu interesse pelas coisas públicas. Dessa forma, acabam por facilmente deixar-se conduzir. Isto é, terminam por possibilitar, nesse descaso pelas atividades políticas, o estabelecimento de um Estado que aos poucos tomará para si todas as atividades. Esse Estado começará por decidir sozinho sobre todo assunto público, mas aos poucos irá também intervir nas liberdades fundamentais. É assim que ele vê, no seio da democracia, surgir o germe de um Estado autoritário e mesmo tirânico ou despótico.

Ação política e instituições políticas

Contudo, apesar de esses perigos aparecerem como as piores ameaças para o desenvolvimento da democracia no mundo moderno, Tocqueville procura mostrar como eles podem ser evitados. Se, por um lado, a atividade política dos cidadãos, aliás a mais importante, pode impedir que tais fenômenos ocorram, por outro, a existência e a manutenção de certas instituições podem dificultar bastante o surgimento de um Estado autoritário e mesmo de uma sociedade massificada.

Sem dúvida, a fraqueza do exercício da cidadania permite que se aceite mais facilmente o desenvolvimento da centralização administrativa, o que normalmente leva à maior concentração de poder do Estado. Assim, se a cidadania que não se ocupa de coisas públicas se aliar a um crescente aumento do poder do Estado, chegar-se-á facilmente a um Estado despótico. Um Estado que comandará um povo massificado, apenas preocupado com suas pequenas atividades particulares de caráter enriquecedor para os mais abastados ou apenas de sobrevivência para os mais pobres.

Mas a existência de instituições que desenvolvam a descentralização administrativa ou que levem os cidadãos a se associarem para defender os seus direitos obriga de alguma forma a maior participação por parte dos nacionais. Igualmente a permanência de uma Constituição e de leis que possam garantir a manutenção das liberdades fundamentais ajuda a convivência do processo igualitário com a liberdade. Isto é, a democracia não precisa apenas ser igualitária, ela pode permitir aos homens serem livres. Pode-se mesmo, conforme Tocqueville, "imaginar um ponto extremo onde liberdade e igualdade se toquem e se confundam",[4] pois é na própria democracia

que encontramos a solução para os seus males. Ainda citando Tocqueville:

> É a própria igualdade que torna os homens independentes uns dos outros, que os faz contrair o hábito e o gosto de seguir apenas a sua vontade em suas ações particulares, e esta inteira independência de que gozam, em relação a seus iguais, os predispõe a considerar com descontentamento toda autoridade e lhes sugere logo a idéia e o amor da liberdade política.[5]

Portanto, embora as instituições de caráter liberal possam ajudar a manutenção das liberdades fundamentais, é na ação política dos cidadãos que está posta a garantia de sua real existência na democracia.

Diferente da igualdade, que nada impede de ir se realizando na história da humanidade, a liberdade, para Tocqueville, é extremamente frágil e por isso mesmo precisa ser querida, protegida e é mesmo necessário lutar por ela para que não se venha perdê-la. Em nenhum momento pode-se abandonar a defesa da liberdade. "Para viver livre é necessário habituar-se a uma existência plena de agitação, de movimento, de perigo; velar sem cessar e lançar a todo momento um olhar inquieto em torno de si: este é o preço da liberdade."[6] Esta visão da idéia de liberdade, apresentada por Tocqueville e sem dúvida inspirada na famosa frase de Thomas Jefferson: "O preço da liberdade é a eterna vigilância",[7] demonstra bem como a necessidade de uma prática política constante era condição primeira para que a liberdade fosse preservada.

Para Tocqueville, embora seja necessário que se anuncie a liberdade como um direito, que se a formalize ou institucionalize através de leis e instituições, essas medidas sozinhas não seriam suficientes para que se garantisse a liberdade. Isso porque o verdadeiro sustentáculo da liberdade está posto na ação política dos cidadãos e na sua participação nos negócios públicos. O que pode, evidentemente, ser incentivado através da implantação de instituições tais como a descentralização administrativa, a organização de associações políticas que tenham como finalidade a defesa da cidadania ou mesmo a existência de grandes partidos. Enfim, é sem dúvida de máxima importância que se possa criar e desenvolver organizações livres que garantam a manutenção do espaço da palavra e da ação.

O grande drama tocquevilliano é, portanto, buscar a solução sobre a questão da preservação da liberdade na igualdade. Pois,

por um lado, o processo igualitário é inevitável e apresenta perigos constantes de ameaça à liberdade, por outro, a liberdade, mesmo a que já tenha sido conquistada, é frágil e a qualquer momento pode ser destruída. Considerando-se ainda que, para ele, a igualdade sem liberdade é insuportável, suas obras, tanto quanto suas atividades políticas, são uma luta constante para que a democracia, sobretudo a francesa, fosse construída preservando-se a liberdade.

Um manifesto liberal

Talvez, pelo próprio fato de que sua visão da política passe necessariamente pelo dilema democrático da harmonia da igualdade com a liberdade e por acreditar firmemente que a solução só se dá na medida em que os cidadãos têm de estar sempre alerta e ativos na defesa da liberdade, que ele próprio procure lutar em defesa de seus ideais liberais.

Sua vida política é um exemplo claro desta luta. Vivendo desde seu nascimento, em 1805, num ambiente marcado pelas desventuras pelas quais passou sua família durante a Revolução de 1789, vê as revoluções em geral com um certo temor, mas é capaz também de analisá-las como necessárias em determinados momentos. Na verdade, para ele, as revoluções só acontecem naquelas nações onde os cidadãos não são capazes de conduzir o processo democrático com liberdade. Por isso a revolução na França foi necessária em 1789, em 1830, em 1848. Seu desamor pelas revoluções não nasceu apenas do fato de seus avós terem sido mortos pela Revolução, ou de seus pais, presos no mesmo período, só terem escapado à guilhotina graças ao 9 Thermidor, mas sobretudo porque à Revolução de 1789 seguiu-se o império autocrático de Napoleão Bonaparte. Em 1848, tem o pressentimento de que algo semelhante se passará, e o golpe de Luís Napoleão só vem confirmar os seus temores.

Suas atividades políticas, desde que se elege como deputado pela primeira vez, em 1839, são extremamente coerentes com suas idéias. Como representante no Congresso, ou como constituinte em 1848, procura sempre defender posições que pudessem favorecer a liberdade dos cidadãos e a grandeza da nação francesa, que julga necessária para que essa liberdade possa ser garantida. Assim, defende o ensino livre, a liberdade de imprensa, a descentralização, a libertação dos escravos nas colônias etc. Mas, a coerência de suas idéias e suas análises da realidade apontam-lhe como é preciso que

a França mantenha a conquista da Argélia, necessária estrategicamente para sua grandeza e independência. Pois não se pode ser cidadão livre em país dominado ou muito fraco. Também, combate os vários socialismos que despontavam, por vê-los como difusores de idéias políticas onde a preocupação com o igualitarismo está presente, mas não a defesa da liberdade. Sobretudo, porque ele via nas posições socialistas uma defesa do aumento do poder do Estado. Portanto sua condenação do socialismo parte dessa visão de que, para os socialistas, um Estado intervencionista agigantado deveria ser o único responsável pela direção política da nação. Isso significa, para Tocqueville, a criação de um Estado despótico, no qual a liberdade dos cidadãos desaparecerá.

Sua esperança de que a França pudesse construir uma democracia com liberdade não o abandona, mesmo durante a Revolução de 48. Como constituinte eleito, procura discutir todos os grandes temas que possam, no equilíbrio entre os poderes do Estado e os direitos da cidadania, privilegiar os primeiros somente quando os considera absolutamente necessários para a garantia das liberdades fundamentais. Assim é que defende a educação como obrigatória, e o Estado, neste caso, deverá garantir que assim possa ser. Mas o ensino deve ser livre, o Estado não deve intervir na maneira pela qual as diferentes escolas decidem sobre seus ensinamentos.

Embora ele tenha ainda, como ministro, participado do governo do presidente da república eleito, Luís Napoleão Bonaparte, após o golpe elabora um manifesto contra a nova situação, sendo preso juntamente com outros parlamentares. É o fim de sua carreira política, mas é também quando se retira para escrever sua segunda grande obra: *O antigo regime e a revolução*.

Mais uma vez, Tocqueville procura descrever, analisando, o desenvolvimento de um processo democrático. A Revolução Francesa é parte desse processo, por isso é preciso compreender a sua obra. Mais uma vez, também, ele procura prevenir os franceses quanto aos perigos de um desenvolvimento igualitário no qual os cidadãos não tenham uma participação política efetiva, onde haja um abandono das atividades das coisas públicas nas mãos do Estado, permitindo-se, assim, o surgimento de um Estado centralizado com grande concentração de poderes em suas mãos.

Na verdade, toda a obra de Alexis de Tocqueville surge aos nossos olhos como um grande manifesto liberal ao povo francês. Para ele, a Revolução Francesa não acabou, ela foi parte de um processo mais duradouro de democratização. E depende apenas do

povo francês atingir um Estado igualitário na liberdade, ou na tirania. Pois,

> as nações de hoje não poderiam impedir que no seu seio as condições não fossem iguais; mas depende delas que a igualdade as conduza à servidão ou à liberdade, às luzes ou à barbárie, à prosperidade ou às misérias.[8]

Notas

[1] TOCQUEVILLE, A. *De la democratie en Amérique*. Paris, Gallimard, 1961. t. I, v. 1, p. 430-1.

[2] Idem. *Correspondence anglaise*. Paris, Gallimard, 1954. t. VI, v. 1, p. 330.

[3] Idem. *De la democratie en Amérique*, cit., t.I, v. 1, p. 4-5.

[4] Idem, ibidem, t. I, v. 2, p. 101.

[5] Idem, ibidem, t. I, v. 2, p. 295.

[6] Idem. *Voyages*. Paris, Gallimard, 1957. t. V, v. 1, p. 91.

[7] No Brasil, esta frase ficou bastante conhecida por ser o lema da UDN — União Democrática Nacional (1945 a 1965).

[8] TOCQUEVILLE, A. *De la democratie en Amérique*, cit., t. I, v. 2, p. 339.

TEXTOS DE TOCQUEVILLE

A democracia na América*

Advertência à 12ª edição

Ainda que importantes e repentinos os acontecimentos que acabam de se materializar momentaneamente diante de nossos olhos, o autor da presente obra tem o direito de dizer que estes não o supreenderam. Este livro foi escrito há quinze anos, com a preocupação constante de um só pensamento: o advento próximo, irresistível, universal, da democracia no mundo. Se o relermos, nele encontraremos a cada página uma advertência solene lembrando aos homens que a sociedade muda de forma, a humanidade de condição, e que novos destinos se aproximam.

No seu frontispício estavam escritas estas palavras:

O desenvolvimento gradual da igualdade é um fato providencial e tem deste as seguintes características principais: é universal, durável, escapa dia a dia ao controle humano, e todos os acontecimentos, bem como todos os homens, favorecem o seu desenvolvimento. Seria sensato acreditar que um movimento social que vem de tão longe pudesse ser detido por uma geração? Pode-se imaginar que após haver destruído o feudalismo e vencido os reis, a democracia recue diante dos burgueses e dos ricos? Deter-se-á ela justo agora que se tornou tão forte e seus adversários tão fracos?

Existia então a realeza. Hoje ela está destruída. As instituições da América, que eram apenas motivo de curiosidade para a França monárquica, devem ser um objeto de estudo para a França republi-

* Extraído de: TOCQUEVILLE, A. De la democracie en Amérique. In: _____. *Œuvres complètes*. Paris, Gallimard, 1961. t. I, v. 1, p. XLIII-339. Tradução de Cid Knipell Moreira.

cana. Não é somente a força que assegura um novo governo: são as leis adequadas. Depois do combatente, o legislador. Um destruiu, o outro edifica. A cada um a sua obra. Se não se trata mais de saber se teremos na França a realeza ou a república, resta-nos verificar se teremos uma república agitada ou uma república tranqüila, uma república regular ou uma república irregular, uma república pacífica ou uma república guerreira, uma república liberal ou uma república opressora, uma república que ameace os direitos sagrados da propriedade e da família ou uma república que os reconheça e os consagre. Problema terrível cuja solução não diz respeito somente à França, mas a todo o universo civilizado. Se nos salvarmos a nós mesmos, salvamos, ao mesmo tempo, todos os povos que nos rodeiam. Se nos arruinarmos, arruinaremos a todos junto conosco. Conforme tenhamos a liberdade democrática ou a tirania democrática, o destino do mundo será diferente, e podemos dizer que hoje depende de nós que a república seja enfim instituída em toda parte ou abolida em toda parte.

Ora, este problema que apenas acabamos de colocar, a América o resolveu há mais de sessenta anos. Há sessenta anos, o princípio da soberania popular, que ontem implantamos entre nós, lá reina integralmente. Ele foi colocado em prática da maneira mais direta, mais ilimitada, mais absoluta. [...]

[...] Não voltemos nossos olhos para a América para copiar servilmente as instituições que ela se concedeu, mas para melhor compreender aquelas que nos convêm, menos para aproveitar os exemplos do que os ensinamentos e antes para nos servir dos princípios do que dos detalhes de suas leis. As leis da república francesa podem e devem, em muitos casos, ser diferentes daquelas que regem os Estados Unidos, mas os princípios sobre os quais as constituições americanas se baseiam, estes princípios de ordem, de equilíbrio dos poderes, de liberdade real, de respeito sincero e profundo ao direito, são indispensáveis a todas as repúblicas, devem ser comuns a todas e pode-se dizer de antemão que, onde eles não existirem mais, a república logo deixará de existir.

Introdução

Entre os novos objetos que chamaram minha atenção, durante a minha permanência nos Estados Unidos, nenhum me tocou mais vivamente do que a igualdade de condições. Facilmente percebi a influência prodigiosa que este fato elementar exerce sobre a marcha da sociedade; ele confere ao espírito público uma certa direção, uma certa recorrência às leis; aos governantes, novos preceitos e, aos governados, hábitos peculiares.

Breve reconheci que este mesmo fato estende sua forte influência para além dos costumes políticos e das leis e que ele não obtém menos domínio sobre a sociedade civil do que sobre o governo: ele cria opiniões, produz sentimentos, sugere práticas e modifica tudo o que não produz.

Desta forma, então, à medida que estudava a sociedade americana, percebia cada vez mais, na igualdade de condições, o fato gerador do qual cada fato particular parecia derivar, e constantemente o identificava diante de mim como um ponto central para onde todas as minhas observações convergiam.

Então voltei meu pensamento para o nosso hemisfério e me pareceu que nele distinguia qualquer coisa análoga ao espetáculo que me oferecia o novo mundo. Vi a igualdade de condições que, sem alcançar seus limites extremos, como nos Estados Unidos, deles se aproximava cada vez mais; e esta mesma democracia que predominava nas sociedades americanas, pareceu-me, na Europa, avançar rapidamente para o poder.

[...]

Se observações demoradas e meditações sinceras levassem os homens de hoje a reconhecer que o desenvolvimento gradual e progressivo da igualdade é, ao mesmo tempo, o passado e o futuro de sua história, esta descoberta, por si só, daria a esse desenvolvimento o caráter sagrado da vontade do monarca soberano. Desejar deter a democracia seria então como lutar contra o próprio Deus, e não restaria às nações senão conformarem-se à condição social que a Providência lhes impõe.

Acho que os povos cristãos oferecem atualmente um espetáculo assustador; o movimento que os arrasta já é bastante forte para que se possa detê-lo e não é ainda bastante rápido para que se desista de dirigi-lo: o seu destino está em suas mãos, mas logo lhes escapa.

Ensinar a democracia, revigorar se possível suas crenças, purificar seus costumes, regrar seus movimentos, substituir gradativamente a sua inexperiência pela ciência dos afazeres, os seus cegos instintos pelos seus verdadeiros interesses; adaptar seu governo às épocas e aos lugares; modificá-lo de acordo com as circunstâncias

e os homens: tal é o primeiro dos deveres que atualmente se impõe àqueles que dirigem a sociedade.

É necessária uma nova ciência política para um mundo inteiramente novo.

[...]

Concebo então uma sociedade onde todos, encarando a lei como obra sua, a amariam e a ela se submeteriam sem constrangimento; onde, ao respeitar a autoridade do governo como necessária e não como divina, o amor dedicado ao chefe de Estado não fosse absolutamente uma paixão, mas um sentimento racional e tranqüilo. Se cada um tivesse direitos e garantias para conservar tais direitos, estabelecer-se-ia entre todas as classes uma confiança máscula e uma espécie de condescendência recíproca, eqüidistante ao mesmo tempo do orgulho e da baixeza.

Ciente de seus reais interesses, o povo compreenderia que, para se beneficiar dos bens da sociedade, é preciso se submeter às suas obrigações. A associação livre dos cidadãos poderia substituir, então, o poder individual dos nobres, e o Estado estaria a salvo da tirania e da insubordinação.

Admito que num Estado democrático assim constituído, a sociedade não estará absolutamente imóvel, mas os movimentos do corpo social poderão ser moderados e gradativos; se neste encontrarmos menos brilho do que no seio de uma aristocracia, por outro lado encontraremos aí menos miséria; os prazeres aí serão menos extremos e o bem-estar mais geral, as ciências menos importantes e a ignorância mais rara, os sentimentos menos enérgicos e os hábitos mais afáveis, e notar-se-ão mais vícios e menos crimes.

Na ausência do entusiasmo e do ardor das crenças, o saber e a experiência, às vezes, exigirão grandes sacrifícios dos cidadãos; sendo cada homem igualmente frágil, sentirá uma igual necessidade de seus semelhantes e, consciente de que não obterá seu apoio senão com a condição de cooperar com eles, facilmente descobrirá que, para ele, o interesse particular se confunde com o interesse geral.

A nação considerada em bloco será menos brilhante, menos gloriosa e talvez menos poderosa; mas a maioria dos cidadãos nela desfrutará de um destino mais próspero, e o povo se mostrará pacífico, não porque desanime de melhorar, mas porque sabe estar bem.

Se nem tudo fosse benéfico e útil numa tal ordem de coisas, pelo menos a sociedade se apropriaria de tudo o que ela pode propor de útil e benéfico, e os homens, abandonando para sempre as

vantagens sociais que a aristocracia pode propiciar, aceitariam da democracia todos os bens que esta pode lhes oferecer.

[...]

Existe um país no mundo onde a grande revolução social à qual me refiro parece ter quase atingido seus limites naturais; ela foi realizada de uma maneira simples e cômoda, ou melhor, pode-se dizer que este país obtém os resultados da revolução democrática que se realiza entre nós, sem ter tido a revolução em si mesma.

Os imigrantes que vieram se fixar na América no começo do século XVII de alguma forma libertaram o princípio da democracia dentre todos aqueles contra os quais se opunha no seio das velhas sociedades européias, e o transplantaram único às margens do novo mundo. Lá, ele pôde crescer em liberdade e, em companhia dos costumes, se desenvolver pacificamente nas leis.

Parece-me fora de dúvida que cedo ou tarde chegaremos, como os americanos, à igualdade quase completa de condições. Mas não posso concluir daí que um dia seremos levados a extrair necessariamente, de uma tal situação social, as conseqüências políticas que os americanos extraíram. Estou muito longe de crer que eles tenham encontrado a única forma de governo que pode propiciar a democracia, mas basta que nos dois países a causa geradora das leis e dos costumes seja a mesma para que tenhamos um interesse imenso em saber o que ela produziu em cada um deles.

Desta forma, não foi somente para satisfazer uma curiosidade, aliás legítima, que examinei a América; eu quis encontrar ali ensinamentos que pudéssemos aproveitar. Enganar-se-ia de um modo raro quem pensasse que eu tenha desejado fazer um panegírico; quem quer que leia este livro ficará bem convencido de que tal não foi a minha intenção; meu objetivo não foi tampouco o de preconizar tal forma de governo em geral; pois eu sou daqueles que crêem que não existe quase nunca uma bondade absoluta nas leis; e nem mesmo pretendi julgar se a revolução social, cuja marcha me parece irresistível, seria vantajosa ou funesta para a humanidade; considerei esta revolução como um fato consumado ou prestes a se consumar e, entre os povos que a viram se realizar no seu seio, procurei aquele no qual ela atingiu o desenvolvimento mais completo e mais pacífico, a fim de discernir claramente as suas conseqüências naturais e perceber, se possível, os meios de torná-la útil aos homens. Confesso que na América vi mais do que a América; nela busquei uma imagem da democracia em si mesma, de

suas tendências, de suas características, de seus preconceitos, de suas paixões; desejava conhecê-la ainda que isto fosse apenas para saber o que dela devíamos esperar ou temer.

Situação social dos anglo-americanos

A situação social é produzida comumente por um fato, esporadicamente pelas leis e mais freqüentemente pelas duas causas juntas; mas, uma vez que ela existe, podemos considerá-la, em si mesma, como a causa primeira da maioria das leis, costumes e idéias que regulam a conduta das nações; aquilo que ela não produz, ela modifica.

Para conhecer a legislação e os costumes de um povo, é preciso então começar pelo estudo de sua situação social.

[...]

Sobre o princípio da soberania popular na América

Ele domina toda a sociedade americana — Aplicação que os americanos já faziam deste princípio antes de sua revolução — Desenvolvimento que esta revolução lhe proporcionou — Diminuição gradual e irresistível do imposto.

Quando queremos falar das leis políticas dos Estados Unidos, é sempre pelo dogma da soberania popular que é preciso começar.

O princípio da soberania popular, que se encontra sempre, mais ou menos, no fundo de quase todas as instituições humanas, ali permanece comumente como que oculto. É obedecido sem que se o reconheça ou, se às vezes acontece de ele se produzir momentaneamente às claras, apressam-se logo a recolocá-lo nas trevas do santuário.

A vontade nacional é um dos termos dos quais os intrigantes de todos os tempos e os déspotas de todas as épocas abusam com mais intensidade. Uns vêem a sua expressão nos sufrágios

comprados de alguns agentes do poder; outros, nos votos de uma minoria interesseira ou medrosa; existem mesmo aqueles que o descobriram inteiramente formulado no silêncio dos povos e que pensaram que do *fato* da obediência deduzia-se para eles o *direito* de mando.

Na América, o princípio da soberania popular não estava oculto nem estéril como em certas nações; ele é reconhecido pelos costumes, proclamado pelas leis; ele se espalha com liberdade e atinge sem obstáculos suas últimas conseqüências.

Se existe um único país no mundo onde é provável que se possa avaliar devidamente o dogma da soberania popular, estudá-lo na sua aplicação aos afazeres da sociedade e julgar suas vantagens e seus perigos, este país é seguramente a América.

Disse anteriormente que, desde a sua origem, o princípio da soberania popular havia sido o princípio gerador da maioria das colônias inglesas da América.

[...]

A centralização é uma palavra que hoje é repetida constantemente, e da qual ninguém, em geral, busca precisar o sentido.

Existem, entretanto, duas espécies de centralização bem distintas, e é importante conhecê-las bem.

Certos interesses são comuns a todas as frações da nação, tais como a formação de leis gerais e as relações do povo com os estrangeiros.

Outros interesses são específicos de algumas frações da nação, tais como, por exemplo, as empresas municipais.

Concentrar num mesmo lugar ou numa mesma mão o poder de dirigir os primeiros é estabelecer o que chamarei de centralização governamental.

Concentrar da mesma maneira o poder de dirigir os segundos é estabelecer o que chamarei de centralização administrativa.

Existem pontos sobre os quais estas duas espécies de centralização chegam a se confundir. Mas considerando, em seu conjunto, os objetos que se enquadram mais particularmente no domínio de cada uma delas, conseguiremos facilmente distingui-las.

Compreende-se que a centralização governamental adquire uma força imensa quando se junta à centralização administrativa. Desta maneira, ela habitua os homens a fazer abstração completa e contínua de sua vontade; a obedecer não somente uma vez e sobre um determinado ponto, mas em tudo e em todos os dias. Assim,

não somente os subjuga pela força, mas ainda os prende pelos seus hábitos; ela os isola e em seguida os amarra, um a um, à massa comum.

Estas duas espécies de centralização se prestam uma ajuda mútua e se atraem uma à outra; mas eu não tenho como acreditar que elas sejam inseparáveis.

[...]

De minha parte, não consigo conceber que uma nação possa viver, nem sobretudo prosperar, sem uma forte centralização governamental.

Mas penso que a centralização administrativa serve somente para enfraquecer os povos que a ela se submetem, pois ela tende, constantemente, a diminuir entre eles o espírito de cidadania. É verdade que a centralização administrativa consegue reunir em determinada época e em um dado lugar todas as forças disponíveis da nação, mas impede a reprodução destas forças. Ela faz a nação triunfar no dia do combate e diminui seu poder com o passar do tempo. Ela pode, portanto, contribuir admiravelmente para a grandeza efêmera de um homem, mas de forma alguma para a prosperidade permanente de um povo.

Como se pode dizer rigorosamente que nos Estados Unidos é o povo que governa

Na América o povo escolhe aquele que faz a lei e aquele que a executa; ele mesmo forma o júri que pune as infrações à lei. Não somente as instituições são democráticas no seu princípio, mas ainda em todos os seus desdobramentos; assim, o povo escolhe *diretamente* seus representantes e em geral os escolhe *anualmente*, a fim de mantê-los mais completamente na sua dependência. Portanto, é realmente o povo que dirige, e, ainda que a forma de governo seja representativa, é evidente que as opiniões, os preconceitos, os interesses e mesmo as paixões do povo não podem encontrar obstáculos permanentes a impedir que influam na administração cotidiana da sociedade.

Nos Estados Unidos, como em todos os países onde o povo reina, é a maioria que governa em nome do povo.

Esta maioria se compõe principalmente de cidadãos pacíficos que, seja por gosto, seja por interesse, desejam sinceramente o bem do país. Em torno deles, os partidos incessantemente se agitam, procurando atraí-los para o seu seio e neles se apoiar.

A associação política nos Estados Unidos

[...]

A América é o país do mundo onde mais se tirou partido da associação e onde este poderoso meio de ação se aplicou a uma grande diversidade de objetivos.

Independentemente das associações permanentes criadas pela lei sob o nome de distritos, cidades e condados, existe uma multiplicidade de outras, que devem seu nascimento e seu desenvolvimento apenas às vontades individuais.

O habitante dos Estados Unidos aprende desde seu nascimento que é preciso se apoiar em si mesmo para lutar contra os males e embaraços da vida; ele não lança sobre a autoridade social senão um olhar desconfiado e inquieto, e somente recorre ao seu poder quando não pode prescindir dele. Isto começa a ser percebido a partir da escola, onde as crianças se submetem, até mesmo em suas brincadeiras, às regras que estabeleceram e punem entre si os delitos que elas mesmas definem. O mesmo espírito se encontra em todos os atos da vida social. Um embaraço surge na via pública, a passagem é interrompida, a circulação é impedida; os vizinhos imediatamente compõem um corpo deliberativo; desta assembléia improvisada surgirá um poder executivo que remediará o mal, antes mesmo que a idéia de uma autoridade preexistente à dos interessados se apresente à imaginação de ninguém. Se o assunto é prazer, associar-se-ão para dar maior esplendor e pontualidade à festa. Unem-se, enfim, para resistir a inimigos totalmente intelectuais: combate-se em comum a intemperança. Nos Estados Unidos, as pessoas se associam com objetivos de segurança pública, comércio e indústria, moral e religião. Não existe nada que a vontade humana desista de atingir pela ação livre do poder coletivo dos indivíduos.

Mais adiante, terei oportunidade de falar dos efeitos que a associação produz na vida civil. Devo me limitar, neste momento, ao mundo político. Sendo reconhecido o direito de associação, os cidadãos podem usá-lo de diferentes maneiras.

Uma associação consiste apenas na adesão pública que um certo número de indivíduos concede a estas ou aquelas doutrinas e no compromisso que assumem em cooperar, de uma certa maneira, para fazê-las prevalecer. O direito de se associar, desta forma, quase se confunde com a liberdade de escrever; entretanto, a associação já possui mais poder do que a imprensa. Quando uma opinião é representada por uma associação, ela é obrigada a tomar uma forma mais nítida e mais precisa. Ela arrola seus partidários e os compromete com a sua causa. Estes aprendem por si mesmos a se conhecer uns aos outros, e seu ardor é incrementado pelo seu número. A associação reúne em feixe os esforços dos espíritos divergentes e os induz com vigor para um só objetivo claramente indicado por ela.

O segundo degrau no exercício do direito de associação é o de poder se congregar. Quando se permite que uma associação política estabeleça núcleos de ação em certos pontos importantes do país, sua atividade se torna maior e sua influência, mais abrangente. Ali, os homens se encontram, os meios de execução são combinados, as opiniões se desdobram com aquela força e aquele calor que não podem jamais ser alcançados através do pensamento escrito.

Existe, enfim, no exercício do direito de associação, em relação à política, um último degrau: os partidários de uma mesma opinião podem se reunir em colégios eleitorais e nomear mandatários para irem representá-los numa assembléia central. Propriamente falando, é o sistema representativo aplicado a um partido.

[...]

Em nossa época, a liberdade de associação se tornou uma garantia necessária contra a tirania da maioria. Nos Estados Unidos, quando um partido se torna dominante, todo o poder público passa para as suas mãos; seus amigos particulares ocupam todos os empregos e dispõem de todas as forças organizadas. Quando os homens mais importantes do partido contrário não conseguem transpor a barreira que os separa do poder, é necessário que possam se estabelecer do lado de fora; é preciso que a minoria oponha toda a sua força moral ao poder material que a oprime. É, pois, um perigo que se opõe a um perigo mais temível.

Acho que a onipotência da maioria é um perigo tão grande para as repúblicas americanas que o recurso perigoso empregado para limitá-la me parece ainda benéfico.

Expressarei aqui um pensamento que lembrará o que eu disse em outra parte a respeito das liberdades distritais: não existe país onde as associações sejam mais necessárias para impedir o despotismo dos partidos ou a arbitrariedade do príncipe do que aqueles onde a situação social é democrática. [...]

[...]

Não seria demasiado afirmar: não há nada mais fecundo em maravilhas do que a arte de ser livre; mas não há nada mais penoso que a aprendizagem da liberdade. O mesmo não se dá com o despotismo. O despotismo se apresenta freqüentemente como o reparador de todos os males sofridos; é o apoio da razão, o sustentáculo dos oprimidos e o instaurador da ordem. Os povos adormecem no seio da prosperidade momentânea que ele propicia; e, quando despertam, estão na miséria. A liberdade, ao contrário, comumente nasce no meio das tempestades, estabelece-se penosamente entre as discórdias civis e não é senão quando já está velha que se pode conhecer seus benefícios.

[...]

Sobre a onipotência da maioria nos Estados Unidos e os seus efeitos

[...]

É da essência mesmo dos governos democráticos que o domínio da maioria seja absoluto; porque, nas democracias, não há nada que resista fora da maioria.

[...]

Não digo que na América atualmente se faça um uso freqüente da tirania, digo que não se percebe aí absolutamente nenhuma garantia contra ela, e que é preciso procurar as causas da bondade do governo antes nas circunstâncias e nos costumes do que nas leis.

[...]

Tirania da maioria

[...]

Considero ímpia e detestável a máxima de que, em matéria de governo, a maioria de um povo tem o direito de fazer tudo e, no entanto, atribuo às vontades da maioria a origem de todos os poderes. Estarei em contradição comigo mesmo?

Existe uma lei geral que foi feita, ou ao menos adotada, não somente pela maioria deste ou daquele povo, mas pela maioria de todos os homens. Esta lei é a justiça.

A justiça forma, então, o limite do direito de cada povo.

Uma nação é como um júri encarregado de representar a sociedade universal e de aplicar a justiça que é a sua lei. O júri, que representa a sociedade, deve ter mais poder que a própria sociedade em que ele aplica as leis?

Desta forma, quando me recuso a obedecer uma lei injusta, absolutamente não nego à maioria o direito de comandar; por isso, apenas chamo de soberania popular a soberania do gênero humano.

Existem pessoas que não têm medo de dizer que um povo, nos assuntos que não interessavam senão a si mesmo, não podia sair inteiramente dos limites da justiça e da razão e que, assim, não se devia recear conceder todo poder à maioria que o representa. Mas esta é uma linguagem de escravo.

O que é, pois, uma maioria considerada coletivamente senão um indivíduo que possui opiniões e, no mais das vezes, interesses contrários a um outro indivíduo que chamamos de minoria? Ora, se admitis que um homem investido de onipotência pode dela abusar contra seus adversários, por que não admitis a mesma coisa para uma maioria? Os homens, ao se reunirem, mudam de caráter? Tornam-se mais pacientes nos obstáculos, tornando-se mais fortes? Quanto a mim, não teria como crer nisto; e o poder de fazer tudo, que recuso a um só de meus semelhantes, não o outorgaria jamais a muitos.

[...]

O que mais reprovo no governo democrático, tal como foi organizado nos Estados Unidos, não é, como na Europa muita gente imagina, a sua fraqueza, mas ao contrário a sua força irresistível. E o que mais me repugna na América não é a extrema liberdade que aí reina, mas o pouco de garantia que se tem contra a tirania.

Quando um homem ou um partido sofre uma injustiça nos Estados Unidos, a quem quereis que ele se dirija? À opinião pública? Mas é ela que forma a maioria. Ao corpo legislativo? Ele representa a maioria e a obedece cegamente. Ao poder executivo? Ele é nomeado pela maioria e lhe serve de instrumento passivo. À força pública? A força pública não é outra coisa senão a maioria armada. Ao júri? O júri é a maioria investida do direito de pronunciar as sentenças: os próprios juízes, em certos Estados, são eleitos pela maioria. Por injusta ou irracional que seja a medida que vos atinja, é preciso, no entanto, vos submeter a ela.

[...]

Não seria necessário, então, considerar o desenvolvimento gradual das instituições e dos costumes democráticos, não como o melhor, mas como o único meio que nos resta de sermos livres e, sem amar o governo da democracia, não estaríamos dispostos a adotá-lo como o remédio mais indicado e o mais honesto que podemos opor aos atuais males da sociedade?

É difícil fazer o povo participar do governo; e é mais difícil ainda fornecer-lhe a experiência e os sentimentos que lhe faltam para governar bem.

As vontades da democracia são mutáveis, seus agentes, grosseiros e suas leis, imperfeitas — concordo. Mas, se fosse verdade que em breve não deverá existir nenhum intermediário entre o império da democracia e o jugo de uma só pessoa, não deveríamos antes nos inclinar por este do que voluntariamente nos submeter ao outro? E se fosse necessário, enfim, se chegar a uma completa igualdade, não valeria mais a pena se deixar nivelar pela liberdade do que por um déspota?

[...]

Mas penso que se não conseguirmos introduzir, pouco a pouco, e estabelecer, enfim, entre nós, instituições democráticas e se desistirmos de fornecer a todos os cidadãos idéias e sentimentos que inicialmente os preparem para a liberdade e, em seguida, lhes permitam o seu uso, não haverá independência para ninguém, nem para os burgueses, nem para o nobre, nem para o pobre, nem para o rico, mas uma tirania igual para todos; e antecipo que, se absolutamente não conseguirmos, com o tempo, estabelecer entre nós o império pacífico do maior número, cedo ou tarde, chegaremos ao poder *ilimitado* de um só.

Por que os povos democráticos demonstram um amor mais ardente e mais duradouro pela igualdade do que pela liberdade

A primeira e a mais viva das paixões que a igualdade de condições origina, nem é necessário dizer, é o amor por esta mesma igualdade. Não se estranhará, portanto, que eu fale dela antes de todas as outras.

[...]

Podemos imaginar um ponto extremo em que a liberdade e a igualdade se tocam e se confundem.

[...]

Suponho que todos os cidadãos participam do governo e que cada um tenha um direito igual de participar dele.

Se nenhum diferir, então, de seus semelhantes, ninguém poderá exercer um poder tirânico; os homens serão perfeitamente livres, porque serão todos completamente iguais; e serão todos perfeitamente iguais porque serão completamente livres. É para este ideal que se inclinam os povos democráticos.

Esta é a forma mais completa que pode assumir a igualdade na face da terra; mas existem milhares de outras que, sem serem tão perfeitas, nem por isso são menos estimadas por seus povos.

A igualdade pode se estabelecer na sociedade civil e absolutamente não reinar no mundo político. Podemos ter o direito de nos entregar aos mesmos prazeres, de ingressar nas mesmas profissões, de nos encontrar nos mesmos lugares, em uma palavra, de vivermos da mesma maneira e de buscar a riqueza pelos mesmos meios, sem que todos participemos da mesma forma no governo.

Um tipo de igualdade pode mesmo se estabelecer no mundo político, ainda que a liberdade política aí não seja nada. Todos são iguais a seus semelhantes, menos um que é, sem distinção, o senhor de todos e que igualmente extrai, dentre todos, os agentes de seu poder.

Seria fácil construir várias outras hipóteses segundo as quais uma igualdade muito grande poderia comodamente se combinar com instituições mais ou menos livres, ou mesmo com instituições que absolutamente não o seriam.

[...]

Os bens que a liberdade propicia aparecem apenas com o tempo e é sempre fácil menosprezar a causa que os originou.

As vantagens da igualdade se manifestam a partir do presente e diariamente podem ser vistas vertendo de sua fonte.

A liberdade política, de tempos em tempos, confere sublimes prazeres a um certo número de cidadãos.

A igualdade fornece diariamente uma multiplicidade de pequenos desfrutes a cada homem. Os encantos da igualdade são sentidos em todos os momentos e estão ao alcance de todos; os corações mais nobres não lhes são insensíveis, e as almas mais vulgares fazem deles seus êxtases. A paixão que a igualdade origina deve ser, portanto, ao mesmo tempo enérgica e geral.

Os homens não teriam meios de desfrutar da liberdade política sem adquiri-la mediante alguns sacrifícios e jamais se apoderam dela senão com muitos esforços. Mas os prazeres que a igualdade propicia se oferecem por si mesmos. Cada um dos pequenos incidentes da vida privada parece ocasioná-los e, para degustá-los, é preciso apenas viver.

Os povos democráticos amam a igualdade em todas as ocasiões, mas existem determinadas épocas em que levam até ao delírio a paixão que sentem por ela. Isto acontece no momento em que a antiga hierarquia social, por muito tempo ameaçada, acaba por ser destruída após uma última luta intestina, e em que as barreiras que separam os cidadãos são enfim derrubadas. Os homens então se precipitam sobre a igualdade como sobre uma conquista e a ela se apegam como a um bem precioso que se lhes deseja roubar. A paixão da igualdade penetra o coração humano por todos os lados [...].

[...]

Acho que os povos democráticos têm um gosto natural pela liberdade; entregues a si mesmos, eles a buscam, a amam e sempre julgam doloroso serem dela privados. Mas eles têm uma paixão ardente, insaciável, eterna e invencível pela igualdade; desejam a igualdade na liberdade e, se não podem obtê-la, desejam-na ainda na escravidão. Tolerarão a pobreza, a servidão, a barbárie, mas não tolerarão a aristocracia.

[...]

Sobre o individualismo nos países democráticos

Demonstrei como, nos séculos da igualdade, cada homem buscava em si mesmo suas crenças; desejo mostrar agora como,

nos mesmos séculos, ele volta todos os seus sentimentos apenas para si.

[...]

O individualismo é de origem democrática e ameaça desenvolver-se à medida que as condições se equalizam.

[...]

À medida que as condições se equalizam, existe um número maior de indivíduos que, não sendo mais bastante ricos nem bastante poderosos para exercer uma grande influência sobre o destino de seus semelhantes, adquiriram ou conservaram, no entanto, bastante saber e bens para poder se bastar a si mesmos. Não devem nada a ninguém e, por assim dizer, não esperam nada de ninguém; habituam-se a se considerar sempre isoladamente e imaginam de bom grado que seu destino está inteiramente em suas mãos.

[...]

Através da liberdade, os americanos combateram o individualismo que a igualdade ocasionava e o venceram.

[...]

As instituições livres que os habitantes dos Estados Unidos possuem e os direitos políticos de que fazem tanto uso lembram constantemente e de mil maneiras, a cada cidadão, que ele vive em sociedade. A todo momento reconduzem seu espírito para a idéia de que tanto o dever quanto o interesse dos homens é o de se tornarem úteis a seus semelhantes; e, como ele não vê nenhum motivo particular para odiá-los, uma vez que não é nunca seu escravo nem seu senhor, seu coração se inclina facilmente para o lado da benevolência. Ocupa-se com o interesse geral inicialmente por necessidade e, depois, por escolha; o que era cálculo se torna instinto; e, por força do trabalho em prol de seus concidadãos, assume, enfim, o hábito e o gosto em lhes servir.

Muitas pessoas na França consideram a igualdade de condições como um mal elementar e a liberdade política como um mal secundário. Quando são obrigadas a suportar uma, esforçam-se em, pelo menos, escapar à outra. Quanto a mim, afirmo que, para combater os males que a igualdade pode produzir, não há senão um remédio eficaz: é a liberdade política.

[...]

Nos países democráticos, são as associações que devem substituir os particulares poderosos que a igualdade de condições faz desaparecer.

[...]

Nos países democráticos, a ciência da associação é a ciência-mãe; o progresso de todas as outras depende dos progressos desta.

Entre as leis que regem as sociedades humanas, existe uma que parece mais precisa e mais clara que todas as outras. Para que os homens permaneçam ou se tornem civilizados, é necessário que a arte de se associar se desenvolva e se aperfeiçoe entre eles na mesma proporção que cresça a igualdade de condições.

Como a aristocracia poderia brotar da indústria

[...]

Quando um artesão se dedica constante e unicamente à fabricação de um único objeto, acaba por se desincumbir deste trabalho com uma destreza singular. Mas, ao mesmo tempo, perde a faculdade geral de dedicar seu espírito à condução do trabalho. A cada dia, ele se torna mais hábil e menos engenhoso, podendo-se dizer que, nele, o homem se degrada à medida que o operário se aperfeiçoa.

O que se deve esperar de um homem que passou vinte anos de sua vida fazendo cabeças de alfinetes? E doravante em que pode nele se dedicar esta poderosa inteligência humana — que freqüentemente moveu o mundo — senão na busca do melhor meio de fazer cabeças de alfinetes?

Quando um operário consumiu desta maneira uma parte considerável de sua existência, seu pensamento se deteve para sempre próximo ao objeto cotidiano de seus labores; seu corpo contraiu certos hábitos fixos dos quais não lhe é mais permitido se afastar. Em uma palavra, ele não pertence mais a si mesmo, mas à profissão que escolheu. É em vão que as leis e os costumes cuidam de quebrar todas as barreiras ao redor deste homem e de lhe abrir de todos os lados mil caminhos diferentes para a felicidade; uma teoria industrial, mais poderosa que os costumes e as leis, o amarrou a um ofício e, freqüentemente, a um lugar que ele não pode abandonar. Ela lhe designou um certo lugar na sociedade, do qual ele não pode sair. Em meio ao movimento universal, ela o imobilizou.

À medida que o princípio da divisão do trabalho é mais plenamente aplicado, o operário se torna mais frágil, mais limitado e mais dependente. A arte faz progressos, o artesão regride. Por outro

lado, à medida que se descobre de maneira mais clara que os produtos de uma indústria são tão mais perfeitos e tão menos caros quanto mais ampla a fábrica e maior o capital, homens muito ricos e muito esclarecidos se apresentam para explorar indústrias que, até então, tinham sido entregues a artesãos ignorantes ou desqualificados. São fascinados pela grandeza dos esforços necessários e pela amplitude dos resultados almejados.

Assim, portanto, ao mesmo tempo que a ciência industrial rebaixa incessantemente a classe dos operários, ela eleva a dos mestres.

Enquanto o operário cada vez mais dedica sua inteligência ao estudo de um único detalhe, o mestre passeia diariamente seu olhar sobre um conjunto mais amplo, e seu espírito se alarga à proporção que o do outro se estreita. Em breve, deste último apenas se exigirá a força física sem a inteligência; o primeiro tem necessidade da ciência e quase do gênio para ser bem-sucedido. Um se assemelha cada vez mais ao administrador de um vasto império e o outro, a um bruto.

Portanto, o mestre e o operário não têm aqui nada de semelhante e cada dia diferem mais. Apenas se vinculam como os dois elos extremos de uma longa cadeia. Cada um ocupa um lugar que lhe é atribuído e do qual ele absolutamente não sai. Um está numa dependência contínua, estreita e necessária do outro e parece nascido para obedecer, como o outro para comandar.

O que é isto, senão a aristocracia?

[...]

É por isso que, quando remontamos à origem, parece que vemos a aristocracia brotar, por um esforço natural, do seio mesmo da democracia.

Mas esta aristocracia não se assemelha em nada àquelas que a precederam.

[...]

A aristocracia territorial dos séculos passados foi obrigada pela lei, ou se imaginava obrigada pelos costumes, a vir em auxílio de seus servidores e a aliviar seus sofrimentos. Mas a aristocracia manufatureira de hoje, depois de ter empobrecido e embrutecido os homens de que ela se serve, os entrega, em tempos de crise, à caridade pública para os alimentar. Isto resulta naturalmente daquilo que precede. Entre o operário e o mestre, as relações são freqüentes, mas não há associação verdadeira.

Em suma, acho que a aristocracia manufatureira, que vemos ascender diante de nossos olhos, é uma das mais insensíveis que já

apareceram na face da terra; mas ela é, ao mesmo tempo, uma das mais limitadas e das menos perigosas.

Contudo, é para este aspecto que os amigos da democracia devem constantemente dirigir seu olhar inquieto; pois, se a desigualdade permanente das condições e a aristocracia algum dia adentrarem novamente o mundo, pode-se prever que entrarão por esta porta.

A igualdade confere naturalmente aos homens o gosto pelas instituições livres

A igualdade, que torna os homens independentes uns dos outros, leva-os a contrair o hábito e o gosto em obedecer exclusivamente a sua vontade, em suas ações particulares. Esta independência total, da qual desfrutam continuamente, face a face com seus pares e na sua prática de vida privada, os inclina a considerar com insatisfação toda autoridade e logo lhes sugere a idéia e o amor pela liberdade política. Os homens que vivem nesta época marcham, pois, sobre uma rampa natural que os encaminha para as instituições livres. Tomai um deles ao acaso e remontai, se possível, a seus instintos primitivos: descobrireis que, entre os diferentes governos, aquele que ele concebe primeiro e que mais aprecia é o governo cujo chefe ele elegeu e cujos atos ele controla.

Dentre todos os efeitos políticos que a igualdade de condições produz, este amor pela independência é o que primeiro chama a atenção e o que mais assusta os espíritos inseguros, e não se pode dizer que isto seja absolutamente despropositado, pois a anarquia possui feições mais assustadoras entre os países democráticos que em outra parte. Como os cidadãos ficam sem nenhuma ação uns diante dos outros, no instante em que se subtrai o poder nacional que mantém todos em seus lugares, parece que a desordem atingirá em breve a sua culminação e que, se cada cidadão se retirar para o seu lado, o corpo social de repente se reduzirá a pó.

Estou convencido, contudo, que a anarquia não é o mal principal que os séculos democráticos devem recear, mas o menor.

A igualdade produz, com efeito, duas tendências: uma leva os homens diretamente para a independência e pode empurrá-los de repente para a anarquia; a outra os conduz por um caminho mais longo, mais secreto, mas mais seguro, para a servidão.

[...]

Os sentimentos dos povos democráticos devem estar de acordo com suas idéias para levá-los a concentrar o poder

Se, nos séculos de igualdade, os homens concebem facilmente a idéia de um grande poder central, não se conseguiria duvidar, por outro lado, que seus hábitos e seus sentimentos não os predispõem a reconhecer um tal poder e a lhe prestar auxílio. Pode-se demonstrar isto em poucas palavras, uma vez que a maioria das razões já foi dada alhures.

Os homens que habitam os países democráticos, se não têm nem superiores, nem inferiores, nem sócios habituais e necessários, recolhem-se de bom grado para si mesmos e se consideram isolados. Tive a ocasião de demonstrar isto amplamente na abordagem do individualismo.

Portanto, é sempre com esforço que estes homens se retiram de seus afazeres particulares para se ocupar dos afazeres públicos; sua tendência natural é a de deixá-los a cargo do único representante visível e permanente dos interesses coletivos que é o Estado.

[...]

Desta forma, por dois caminhos distintos cheguei ao mesmo objetivo. Demonstrei que a igualdade sugeria aos homens o pensamento de um governo único, uniforme e vigoroso. Acabo de expor que ela lhes confere o gosto por ele; portanto, a tendência atual das nações é a de caminhar para um governo deste tipo. A inclinação natural de seu espírito e de seu coração as conduz neste sentido e basta apenas que jamais se detenham que aí chegarão.

Penso que, nos séculos que irão se inaugurar, a independência individual e as liberdades locais serão sempre um produto da arte. A centralização será o governo natural.

[...]

Tento imaginar sob quais novas feições o despotismo poderia se produzir no mundo: vejo uma massa inumerável de homens semelhantes e iguais que incansavelmente se voltam para si mesmos em busca de prazeres pequenos e vulgares com os quais preenchem sua alma. Cada um deles, refugiando-se à parte, é como um estrangeiro ao destino de todos os demais: seus filhos e amigos particulares constituem para ele toda a espécie humana; quanto ao restante de seus concidadãos, está ao lado deles mas não os vê, toca-os e absolutamente não os sente; ele não existe senão em si mesmo e para si mesmo e, se lhe resta ainda uma família, pode-se no mínimo dizer que ele não tem mais pátria.

Acima desses se eleva um poder imenso e tutelar, que sozinho se encarrega de assegurar o seu prazer e de cuidar de seu destino. Ele é absoluto, minucioso, pontual, previdente e afável. Assemelhar-se-ia ao poder paterno se, como este, tivesse por objetivo preparar os homens para a idade adulta; mas ele, ao contrário, não procura senão fixá-los irremediavelmente na infância; aprecia que os cidadãos se divirtam, na condição de que pensem apenas em se divertir. Trabalha de bom grado para a sua felicidade, mas dela quer ser o único agente e o único árbitro; ele lhes provê a segurança, antecipa e satisfaz suas necessidades, facilita os seus prazeres, orienta seus afazeres principais, dirige seu trabalho, regulamenta suas sucessões, divide suas heranças; por que não poderia lhes retirar inteiramente o fardo de pensar e o sofrimento de viver?

[...]

Não se trata mais de impedir as vantagens particulares que a desigualdade de condições propicia aos homens, mas de assegurar os novos bens que a igualdade lhes pode oferecer. Não devemos nos limitar a nos fazer semelhantes aos nossos pais, mas nos esforçar por alcançar o tipo de grandeza e felicidade que nos cabe.

Quanto a mim — que tendo chegado a este último limite de minha trajetória percebo de longe, mas em conjunto, todos os distintos objetos que havia contemplado isoladamente ao caminhar —, sinto-me cheio de temores e pleno de esperanças. Vejo grandes perigos que é possível conjurar; grandes males que se pode evitar ou restringir; e me aposso cada vez mais desta crença de que, para serem honestas e prósperas, basta apenas que as nações democráticas o desejem.

Não ignoro que muitos de meus contemporâneos têm imaginado que os povos jamais são mestres de si mesmos neste baixo mundo, e que obedecem necessariamente não sei qual força insuperável e irracional que brota dos acontecimentos anteriores da raça, do solo e do clima.

Essas são doutrinas falsas e frouxas que jamais conseguiriam produzir senão homens frágeis e nações pusilânimes: a Providência não criou o gênero humano nem inteiramente independente nem completamente escravo. É verdade que ela traça, ao redor de cada homem, um círculo fatal do qual ele não pode escapar; mas, nos seus vastos limites, o homem é poderoso e livre, bem como o são os povos.

Atualmente, as nações não conseguiriam fazer com que no seu seio as condições não fossem iguais; mas depende delas que a igualdade as conduza à servidão ou à liberdade, às luzes ou à barbárie, à prosperidade ou à miséria.

O antigo regime e a revolução *

Como a Revolução Francesa foi uma revolução política que procedeu à maneira das revoluções religiosas, e por quê

Todas as revoluções civis e políticas tiveram uma pátria e a ela se circunscreveram. A Revolução Francesa não teve território próprio; mais que isso, seu efeito foi, de algum modo, o de apagar do mapa todas as antigas fronteiras. Nós a vimos congregar ou dividir os homens a despeito das leis, das tradições, dos caracteres, da língua, às vezes transformando compatriotas em inimigos e estrangeiros em irmãos; ou antes, ela constituiu, acima de todas as nacionalidades particulares, uma pátria intelectual comum, da qual os homens de todas as nações têm podido se tornar cidadãos.

Folheai todos os anais da história e não encontrareis uma única revolução política que tenha tido este mesmo caráter: somente o encontrareis em certas revoluções religiosas. É por isso que é com as revoluções religiosas que é necessário comparar a Revolução Francesa, se se deseja torná-la compreensível com a ajuda da analogia.

[...]

A Revolução Francesa é, portanto, uma revolução política que se operou à moda — e que assumiu, em certo sentido, o aspecto — de uma revolução religiosa. Notai por quais traços particulares e características ela acaba por se assemelhar a estas últimas: não somente se difunde a uma longa distância como elas, mas também, como elas, é introduzida pela exortação e pela propaganda [...].

* Extraído de: TOCQUEVILLE, A. L'ancien régime et la révolution. In: _____. *Œuvres complètes*. Paris, Gallimard, 1961. t. II, v. 1, p. 87-8, 95, 217. Tradução de Cid Knipell Moreira.

Qual foi a obra própria da Revolução Francesa?

Tudo o que anteriormente foi dito apenas tem o objetivo de esclarecer o assunto e facilitar a solução desta questão que inicialmente coloquei: qual foi o objetivo real da revolução? Qual é, enfim, o seu caráter específico? Por que precisamente ela foi feita? O que ela fez?

A revolução absolutamente não foi feita, como se tem acreditado, para destruir o império das crenças religiosas; apesar das aparências, ela foi essencialmente uma revolução social e política; e, no círculo das instituições deste tipo, absolutamente não se inclinou a perpetuar a desordem, a torná-la de alguma forma estável, a *metodizar* a anarquia, como dizia um de seus principais adversários, mas antes a aumentar o poder e os direitos da autoridade pública. Ela não devia mudar o caráter que nossa civilização até então possuía, como pensaram outros, deter-lhe os progressos e nem mesmo alterar, em sua essência, nenhuma das leis fundamentais sobre as quais se baseiam nossas sociedades humanas ocidentais. Quando se a separa de todos os acidentes que momentaneamente alteraram sua fisionomia em diferentes épocas e em diversos países, para considerá-la apenas em si mesma, vê-se claramente que esta revolução não teve por efeito senão abolir estas instituições políticas que, durante muitos séculos, tinham reinado integralmente na maior parte dos países europeus e que comumente são designadas pelo nome de instituições feudais, para substituí-las por uma ordem social e política mais uniforme e mais simples e que tinha como base a igualdade de condições.

[...]

Não creio também que o verdadeiro amor pela liberdade pudesse ter nascido a partir da simples percepção dos bens materiais que ela propicia; pois esta percepção freqüentemente se obscurece. É bem verdade que ao longo do tempo a liberdade sempre conduz, aqueles que conseguem mantê-la, à comodidade, ao bem-estar e freqüentemente à riqueza; mas existem épocas em que ela frustra momentaneamente o uso de tais bens; existem outras em que o despotismo, por si só, pode propiciar o seu desfrute efêmero. Os homens que nela consideram apenas tais bens jamais a conservam por muito tempo.

O que tem unido tão fortemente o coração de determinados homens, em todos os tempos, são seus próprios atrativos, seu charme

próprio, independente de seus benefícios; é o prazer de poder falar, agir, respirar sem constrangimento, sob o governo único de Deus e das leis. Quem busca na liberdade outra coisa diferente dela, está destinado a servir.

[...]

Viagem à Inglaterra e à Irlanda em 1835*

[...]

Para ser livre, é preciso ser capaz de conceber um empreendimento difícil e nele perseverar, ter o hábito de agir por si mesmo; para viver livre, é preciso se habituar a uma existência plena de agitação, movimento e perigo; estar constantemente atento e a cada instante dirigir um olhar inquieto ao redor de si: a liberdade tem este preço. [...]

Discurso pronunciado na assembléia constituinte*

[...]

Em sua última redação, a Comissão se limita a impor à sociedade o dever de dar assistência a todas as calamidades — seja pelo trabalho, seja pela assistência propriamente dita e na medida de seus recursos; dizendo isto, a Comissão sem dúvida quis impor ao Estado um dever mais extenso, mais sagrado do que aquele que este até hoje se havia imposto; mas ela não quis fazer uma coisa absolutamente nova: quis incrementar, consagrar, regularizar a caridade pública, não quis fazer outra coisa senão a caridade pública. A emenda, ao contrário, faz outra coisa e mais do que isso; a

* Extraídos de: TOCQUEVILLE, A. *Voyages*. In: _____. *Œuvres complètes*. Paris, Gallimard, 1961. t. V, v. 2, p. 91 e de TOCQUEVILLE, A. *Études economiques, politiques et litteraires*. Paris, Michel-Levy Frères, s/d, p. 516-58. Tradução de Cid Knipell Moreira.

emenda, com o sentido que as palavras pronunciadas e sobretudo os fatos recentes lhe conferem, a emenda que atribui a cada homem em particular o direito geral, absoluto, irresistível, ao trabalho, esta emenda leva necessariamente a uma das seguintes conseqüências: ou o Estado se determinará a dar a todos os trabalhadores que a ele se apresentarem o emprego que lhes falta e, então, será levado gradativamente a se tornar industrial; e como o empresário industrial, que se encontra por toda parte, é o único que não pode recusar o trabalho e aquele que comumente determina a menor tarefa, o Estado é inevitavelmente levado a se converter no principal e em breve, de alguma forma, no único empresário industrial. Uma vez que isto aconteça, o imposto não será mais o meio de fazer funcionar a máquina governamental, mas o grande meio de alimentar a indústria. Desta forma, acumulando em suas mãos todos os capitais particulares, o Estado se torna, enfim, o único proprietário de todas as coisas. Ora, isto é o comunismo. (Aplausos.)

Se, ao contrário, o Estado deseja escapar à necessidade fatal à qual acabo de me referir, se deseja não apenas por si mesmo e por seus próprios recursos oferecer trabalho a todos os operários que se apresentem, mas cuidar para que estes o encontrem sempre entre os particulares, será fatalmente levado a tentar esta regulamentação da indústria que, se não me engano, adotava em seu sistema o meu honorável predecessor. Ele é obrigado a proceder de forma a não haver desemprego; isto forçosamente o leva a distribuir os trabalhadores de modo a que não façam concorrência entre si, a regular os salários, ora para moderar a produção, ora para acelerá-la, em uma palavra, a se converter no grande e único organizador do trabalho. (Agitação.)

Desta forma, ainda que à primeira vista a redação da Comissão e a da emenda pareçam se tocar, as duas redações levam a resultados bem opostos; são como dois caminhos que, começando do mesmo ponto, acabam por se separar por uma imensa distância: um leva a uma extensão da caridade pública; na extremidade do outro, o que se vislumbra? O socialismo. (Sinais de consentimento.)

[...]

Se não me engano, senhores, o primeiro traço característico de todos os sistemas que carregam o nome de socialismo é um apelo enérgico, contínuo, excessivo, às paixões materiais do homem. (Sinais de aprovação.)

É assim que uns disseram "que se tratava de reabilitar a carne"; outros "que era preciso que o trabalho, mesmo o mais penoso,

não fosse apenas útil, mas agradável", que outros, ainda, disseram "que os homens fossem remunerados não em proporção ao seu mérito, mas em proporção às suas necessidades"; e que, enfim, o último dos socialistas do qual eu desejo falar veio vos dizer aqui que a meta do sistema socialista — e, segundo ele, a meta da revolução de fevereiro — tinha sido a de propiciar a todo mundo um *consumo ilimitado*.

Tenho portanto razão, senhores, ao dizer que o traço característico e geral de todas as escolas socialistas é um apelo enérgico e contínuo às paixões materiais do homem.

Há um segundo traço que é um ataque, ora direto, ora indireto, mas sempre contínuo, aos princípios mesmos da propriedade individual. Desde o primeiro socialista que dizia, há cinqüenta anos, *que a propriedade era a origem de todos os males deste mundo*, até este socialista que ouvimos nesta tribuna e que, menos caridoso que o primeiro, passando da propriedade ao proprietário, dizia-nos que *a propriedade era um roubo*, todos os socialistas, ouso dizer todos, de uma maneira direta ou indireta, atacam a propriedade individual. (É verdade! É verdade!) Não quero dizer que todos a ataquem desta maneira franca e, permiti-me dizê-lo, um pouco brutal que um de nossos colegas adotou; mas digo que todos, por meios mais ou menos dissimulados, se não a destroem, transformam-na, diminuem-na, constrangem-na, limitam-na e fazem dela outra coisa diferente da propriedade individual que conhecemos e que se conhece desde o começo do mundo. (Sinais muito entusiasmados de assentimento.)

Eis o terceiro e último traço, aquele que caracteriza, sobretudo aos meus olhos, os socialistas de todas as cores, de todas as escolas e que é uma desconfiança profunda da liberdade e da razão humana; é um profundo desprezo pelo indivíduo considerado em si mesmo, na condição de homem; o que os caracteriza a todos é uma tentativa contínua, variada, incessante, de mutilar, de encurtar, de constranger por todos os meios a liberdade humana; é a idéia de que o Estado não somente deve ser o condutor da sociedade, mas deve ser, por assim dizer, o mestre de cada homem; que digo! seu mestre, seu preceptor, seu pedagogo (Muito bem!); que, por medo de deixá-lo falhar, ele deve se colocar constantemente ao seu lado, acima dele, ao redor dele, para guiá-lo, garanti-lo, mantê-lo, contê-lo; em uma palavra, como o disse há pouco, é a confiscação, num maior ou menor grau, da liberdade humana (Novos sinais de assentimento.); até o ponto em que, se definitivamente eu tivesse de encontrar uma fórmula geral para exprimir o que o socialismo me parece em seu conjunto, diria que é uma nova fórmula da servidão. (Aplausos entusiásticos.)

[...]

Não, senhores, a democracia e o socialismo não são solidários um com o outro. São coisas não somente diferentes mas contrárias. Por acaso, consistiria a democracia em criar um governo mais agitador, mais minucioso, mais restritivo que todos os outros, com a única diferença que faria isto eleito pelo povo e que agiria em nome do povo? Mas, então, o que teríeis feito, senão dar à tirania um ar de legitimidade que ela não tinha, e lhe assegurar assim a força e a onipotência que lhe faltavam? A democracia amplia a esfera da independência individual, o socialismo a estreita. A democracia atribui todo o valor possível a cada homem, o socialismo faz de cada homem um agente, um instrumento, um número. A democracia e o socialismo não se vinculam senão por uma palavra, a igualdade; mas observai a diferença: a democracia quer a igualdade na liberdade e o socialismo quer a igualdade na sujeição e na servidão. (Muito bem! Muito bem!)

[...]

Efetivamente, aproxima-se o tempo em que o país se encontrará novamente dividido em dois verdadeiros partidos. A Revolução Francesa, que aboliu todos os privilégios e destruiu todos os direitos exclusivos, deixou no entanto subsistir um deles, o da propriedade.

É necessário que os proprietários não se iludam sobre a força de sua situação, nem imaginem que o direito de propriedade é uma barreira intransponível porque em nenhum lugar, até o momento, foi transposta. Pois nosso tempo não se assemelha a nenhum outro. Quando o direito de propriedade não era senão a origem e o fundamento de outros direitos, ele facilmente se defendia ou, antes, não era atacado. Constituía como que uma parede divisória da sociedade, da qual todos os outros direitos eram as defesas avançadas. Os ataques não chegavam até ele. Nem mesmo se visava atingi-lo. Mas hoje, quando o direito de propriedade, por mais sagrado que seja, não mais se apresenta como a última ruína de um mundo destruído, como um privilégio isolado no meio de uma sociedade isolada; que não está mais, por assim dizer, amparado e garantido pela existência de outras leis mais contestáveis e mais deploráveis,

perdeu, no mínimo temporariamente, a posição que o tornava inexpugnável. Cabe agora apenas a ele a cada dia enfrentar o choque direto e incessante das opiniões democráticas.

Em breve, não há nenhuma dúvida quanto a isto, será entre aqueles que possuem e aqueles que não possuem que se estabelecerá a luta dos partidos políticos. O grande campo de batalha será a propriedade; e as principais questões políticas girarão em torno das modificações mais ou menos profundas a serem feitas no direito dos proprietários. Então, veremos novamente as grandes agitações públicas e os grandes partidos.

[...]

6

Stuart Mill: liberdade e representação

Elizabeth Balbachevsky

Gainsborough et son Temps, p. 28.